



UMA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS DE ALGUNS CRÍTICOS DO NATURALISMO BIOLÓGICO

ANDRÉ RENAN BATISTELLA NOARA¹ E JERZY ANDRÉ
BRZOWSKI²

RESUMO: A teoria do *naturalismo biológico*, desenvolvida pelo filósofo americano John Rogers Searle (1932), foi e continua sendo alvo de muitas críticas. Desse modo, o objetivo do presente estudo será desenvolver uma análise dos argumentos de alguns dos críticos da teoria searleana, com vista a observar se tais críticas são corretamente fundamentadas ou resultam de uma interpretação equivocada da teoria ou, ainda, do desconhecimento da mesma em sua totalidade. Para tanto, o presente estudo seguirá o seguinte caminho investigativo: primeiramente serão analisadas as críticas de Paul M. Churchland, presentes na obra *On The Contrary: Critical Essays 1987-1997* (1998). Em um segundo momento, serão analisadas as críticas de Thomas Nagel (1937), presentes em sua obra *Other Minds* (1995). Por fim, serão investigadas as críticas de Tárík de Athayde Prata, em seus artigos *É Incoerente a Concepção de Searle Sobre a Consciência?* (2011) e *O Caráter Dualista da Filosofia da Mente de John Searle* (2014). Por meio de tal investigação, o presente estudo buscará concluir que as críticas tecidas à teoria do naturalismo biológico, produzidas pelos autores citados, não se sustentam.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da mente. Paul Churchland. John Searle. Consciência. Irredutibilidade.

ABSTRACT: The theory of biological naturalism, developed by the american philosopher John Rogers Searle, has been and continues to be the target of much criticism. Thus, the aims of the present study will be to develop an analysis some of the critics of the searlean theory, in order to observe whether such criticisms are correctly grounded or result from a misinterpretation of the theory or ignorance of it in its totality. Therefore, the present study will follow the following investigative path: first, will be analyzed the criticisms of Paul M. Churchland, present in his work *On The Contrary: Critical Essays 1987-1997* (1998). Second, will be analyzed the criticisms of Thomas Nagel (1937), present in his work *Other Minds* (1995). In the end, will be investigated the criticisms of Tárík de Athayde Prata, present in his work *É Incoerente a Concepção de Searle Sobre a Consciência?* (2011) e *O Caráter Dualista da Filosofia da Mente de John Searle* (2014). Through this investigation, this study will seek to conclude that the criticisms of the theory of biological naturalism, produced by the aforementioned authors, are not confirmed.

KEYWORDS: Philosophy of mind. Paul Churchland. John Searle. Consciousness. Irreducibility.

¹ Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: andre_noara@hotmail.com.

² Professor Adjunto de Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jerzyab@gmail.com.

O fazer filosófico, em sua grande parte, se dá a partir de críticas e debates acerca de um tema. Muitas críticas levam ao desenvolvimento de novas concepções, as quais, por sua vez, sofrem outras críticas e assim sucessivamente. Muitas críticas são construtivas. Muitas são críticas de caráter refutatório. E muitas são, simplesmente, críticas equivocadas.

A filosofia é vista por muitos enquanto a arte de elaborar conceitos. Não devemos discordar desse ponto de vista, pois em Filosofia os conceitos são nossa maior ferramenta, e a partir deles nos é possível elaborar novos conceitos e reformular conceitos antigos.

Na construção de uma teoria filosófica são utilizados vários conceitos, os quais visam defender e sustentar uma ou mais ideias. Muitas teorias são criticadas por possuírem contradições internas. Muitas outras são criticadas por não possuírem argumentos fortes o suficiente para sustentar aquilo que visam defender. Muitas dessas críticas são corretas e relevantes, mas muitas outras são incorretas ou não possuem relevância alguma, tal qual ocorre na *falácia do espantalho*, em que toda a argumentação tem como base de crítica um argumento cujo entendimento está distorcido. Uma crítica incorreta ou irrelevante resulta, muitas vezes, de uma compreensão equivocada acerca da teoria que se está criticando.

Poderíamos pensar que uma teoria filosófica é sustentada por uma corrente de conceitos, na qual cada conceito é um elo dessa corrente. Um único conceito interpretado equivocadamente já é o suficiente para romper a corrente conceitual e, por consequência, levar à consciência daquele que está interpretando, que a teoria possui um elo frágil, o que a torna inteiramente insustentável. Muitas das críticas tecidas à teoria do *naturalismo biológico* de John Searle decorrem do desconhecimento ou da equivocada interpretação de um ou dois conceitos.³

A teoria do naturalismo biológico se constitui, basicamente, de seis teses: I) *propriedade emergente* — a consciência emerge da organização causal do sistema neuronal, constituindo-se, assim, enquanto uma propriedade sistêmica de natureza biológica; II) *irreducibilidade ontológica* — a consciência é um fenômeno biológico subjetivo, ontologicamente, irreduzível; III) *reducibilidade causal* — a consciência pode ser reduzida e estudada objetivamente, a partir de uma redução causal; IV) *simultaneidade entre causa e efeito* — os elementos no micro nível são causa e, ao mesmo tempo, efeito no macro nível, visto que causam e, ao mesmo tempo, realizam os processos conscientes; V) *Identidade de ocorrências* — a consciência, enquanto propriedade sistêmica de nível macro, identifica-se com seus processos subjacentes de nível

³ Vários pensadores do campo da Filosofia da Mente acreditam que a teoria do naturalismo biológico sustenta uma postura dualista, devido ao seu conceito de irreducibilidade. Outros acreditam que a teoria searleana incorre em contradição. Tárík Prata cita diversos autores cujas interpretações se deram de tal modo (ver referências em PRATA, 2011, p. 558-559).

micro a partir das relações de ocorrências entre o micro e o macro nível; VI) *característica causalmente eficiente* — a consciência é causa do comportamento humano.⁴

O objetivo do presente estudo será apresentar alguns dos críticos do naturalismo biológico e seus argumentos. Veremos, a partir dos mesmos, se tais críticas são coerentes ou se resultam de uma interpretação equivocada ou do desconhecimento de uma ou mais teses da teoria do naturalismo biológico. Iniciaremos nossa análise investigando as críticas de Paul M. Churchland, à teoria do naturalismo biológico, presentes na obra *On The Contrary: Critical Essays 1987-1997* (1998). Posteriormente, analisaremos as críticas de Thomas Nagel, à teoria de Searle, presentes em sua obra *Other Minds* (1995). Por fim, analisaremos as críticas de Tárík de Athayde Prata ao naturalismo biológico, em específico aquelas presentes em seus artigos *É Incoerente a Concepção de Searle Sobre a Consciência?* (2011) e *O Caráter Dualista da Filosofia da Mente de John Searle* (2014). E passamos nossa análise aos argumentos críticos de Paul Churchland.

As críticas de Paul M. Churchland

Paul M. Churchland é um pensador reconhecido no campo da Filosofia da Mente.⁵ Churchland defende uma ramificação do materialismo chamada *materialismo eliminacionista* — mais conhecido como *eliminativismo*.⁶ De modo bastante resumido, a ideia básica defendida pelo eliminativismo é de que todas as nossas crenças de senso comum, sobre a mente, constituem uma espécie de teoria primitiva; uma *psicologia popular*. Na perspectiva eliminativista, a psicologia popular é uma ilusão conceitual ou linguística, decorrente do conceito habitual de mente, e é considerada uma concepção falsa e enganosa. Desse modo, o eliminativismo busca demonstrar que, para um estudo científico do cérebro, tal ilusão deve ser

⁴ As teses I, II, III e VI perpassam a maior parte dos escritos de Searle a tratar deste tema, a exemplo da obra *A Redescoberta da Mente* (1997). Já as teses IV e V só aparecem pela primeira vez, de modo claro, em *Mind: A Brief Introduction* (2004).

⁵ Dentre seus diversos trabalhos na área, ganham destaque as obras *On The Contrary: Critical Essays 1987-1997* (1998) — a qual reúne uma coleção de ensaios de Paul Churchland e sua esposa, Patricia Churchland, a tratar dessa temática — e *Matéria e Consciência* (2004) — na qual Churchland desenvolve uma introdução aos estudos em Filosofia da Mente.

⁶ Luiz R. C. Stern, em sua aprofundada pesquisa sobre o materialismo eliminacionista, investiga acerca das origens do materialismo e conclui que “a expressão materialismo eliminacionista como negação da existência de estados mentais é recente e foi introduzida por James Cornman em 1968, num artigo denominado “Na Eliminação das ‘Sensações’ e Sensações”. (STERN, 2013, p.25-26) No entanto, segundo Stern, “[...] a ideia básica foi expressa por C.D. Broad em seu clássico “A Mente e seu Lugar na Natureza”, em que Broad discute e rejeita um tipo de “materialismo puro” que considera estados mentais como atributos não presentes no mundo. (STERN, 2013, p.25-26) Complementando, Stern afirma que “as raízes principais do materialismo eliminacionista podem também ser encontradas nos escritos de numerosos filósofos de meados do século XX, com destaque para Wilfred Sellars, Willard V.O. Quine, Paul Feyerabend e Richard Rorty” (STERN, 2013, p.25-26).

eliminada; as noções de senso comum acerca do mental devem ser eliminadas. Em explicação da teoria eliminacionista, Churchland, em sua obra *Matéria e Consciência* (2004), afirma que:

[...] a estrutura psicológica de nosso senso comum é uma concepção falsa e radicalmente enganosa das causas do comportamento humano e da natureza da atividade cognitiva. Desse ponto de vista, a psicologia popular não é apenas uma representação incompleta de nossas naturezas interiores; ela é pura e simplesmente uma representação distorcida de nossas atividades e estados internos. Consequentemente, não podemos esperar que uma explicação realmente adequada de nossa vida interior feita pela neurociência revele categorias teóricas que correspondam exatamente às categorias do arcabouço de nosso senso comum. Dessa forma, devemos esperar que o antigo arcabouço seja simplesmente eliminado, e não reduzido, por uma neurociência amadurecida (CHURCHLAND, 2004, p.75-76).

O eliminativismo pode ser considerado a ramificação mais radical do materialismo, visto que busca eliminar as noções de senso comum acerca do mental. Apesar de seu radicalismo, há vários defensores dessa concepção, a exemplo de Paul Churchland e de sua esposa, Patricia S. Churchland.

Defensor de uma postura materialista tão radical, é de se esperar que as concepções de Churchland entrem em discordância com as concepções de John Searle, visto que Searle defende a existência da consciência (tese I) e sua irreducibilidade (tese II). Em seus ensaios críticos, presentes na obra *On The Contrary: Critical Essays 1987-1997* (1998) — obra que reúne algumas publicações de Paul e Patricia Churchland, durante os anos de 1987-1997 —, encontra-se um artigo escrito por Paul, no ano de 1994, em crítica à obra *A Redescoberta da Mente*, obra essa na qual Searle expõe sua teoria do naturalismo biológico. Nesse trabalho, Paul Churchland tece fortes críticas à teoria não reducionista de John Searle.

Já de início, Churchland (1998) afirma que a teoria searleana contém um abismo ontológico entre os fenômenos mentais e os fenômenos físicos, fixado pelo próprio Searle, e é a partir desse abismo que Searle se apoia ao argumentar em contraposição a toda e qualquer forma de reducionismo. Churchland afirma que a recusa de Searle ao materialismo e, por consequência, sua aversão ao reducionismo,

[...] é inadequadamente motivada, doutrinariamente instável e totalmente contradita por todas as lições relevantes de nossa história científica. Considere primeiro a sua motivação. A questão central é a afirmação de Searle de que os fenômenos mentais são irreducíveis às características objetivas do cérebro físico. O ponto de discordância aqui, de acordo com Searle, é o caráter subjetivo dos estados mentais, como oposto a todo e qualquer estado físico de caráter objetivo. Em face desta profunda divergência de caráter em cada lado da suposta equação, como os fenômenos mentais poderiam ser idênticos ou, de alguma forma, constituídos a partir de fenômenos puramente físicos? Eles são tão diferentes quanto o giz do queijo (CHURCHLAND, 1998, p. 116 — Tradução nossa).

Ou seja, Churchland afirma que a aversão de Searle ao reducionismo é motivada pela ideia básica de que, se o caráter subjetivo dos estados mentais é distinto de todo e qualquer estado físico de caráter objetivo, então os fenômenos mentais não poderiam ser constituídos inteiramente a partir de fenômenos físicos. Churchland afirma que Searle comunga desse argumento — posteriormente veremos que a teoria de Searle não se mostra, por completa, adepta a esse argumento — e faz uso de uma resposta, por ele tida como padrão, em refutação ao mesmo:

Há também uma resposta padrão e bastante devastadora para este tipo de argumento, uma resposta que tem estado em livros didáticos de graduação por uma década. Na interpretação mais óbvia e razoável, dizer que os estados mentais de John existem em caráter subjetivo é apenas dizer que os estados mentais de John são conhecidos exclusivamente por John por introspecção. E dizer que os estados cerebrais físicos de John são objetivos é apenas negar que seus estados cerebrais físicos tenham a propriedade hifenizada em questão. Declarado cuidadosamente, o argumento tem, assim, a seguinte forma: 1. Os estados mentais de John são conhecidos exclusivamente por John por introspecção. 2. Os estados cerebrais físicos de John não são conhecidos exclusivamente por John por introspecção. Portanto, uma vez que possuem *propriedades divergentes*, 3. Os estados mentais de John não podem ser idênticos a nenhum dos estados físicos do cérebro de John. Uma vez colocado nesta forma, no entanto, o argumento é instantaneamente reconhecível por qualquer lógico como cometendo uma forma familiar de falácia, uma falácia apresentada mais claramente nos dois exemplos a seguir. 1. A aspirina é conhecida por John como um analgésico. 2. O ácido acetilsalicílico não é conhecido por John como um analgésico. Portanto, uma vez que possuem *propriedades divergentes*, 3. A aspirina não pode ser idêntica ao ácido acetilsalicílico [...] (CHURCHLAND, 1998, p.116-117 grifo nosso — Tradução nossa).

Esse argumento, como podemos perceber, busca demonstrar, por analogia, que tal modelo de raciocínio é falacioso. O que ocorre é que o personagem do exemplo, o “John”, não possui *conhecimento* acerca da identidade contida entre a aspirina e o ácido acetilsalicílico. Por não conhecer tal identidade, decorre a conclusão de “John” de que as propriedades da aspirina e do ácido acetilsalicílico não são as mesmas e, por consequência, que a aspirina e o ácido acetilsalicílico não são idênticos.

As *propriedades divergentes* levantadas pelo argumento — os estados mentais de John e os estados cerebrais físicos de “John” — consistem nos itens a serem conhecidos por “John”. O argumento busca, de certo modo, dar respostas epistêmicas para as propriedades divergentes de “John” — “John” conhece os estados mentais exclusivamente por introspecção e “John” não conhece os estados cerebrais físicos exclusivamente por introspecção. Isto é, o argumento busca responder a questão de “como conhecemos algo?”, uma questão inteiramente epistêmica. Porém nenhuma propriedade epistêmica corresponde a uma característica intrínseca da

propriedade em si. Ou seja, o argumento desenvolve uma construção epistêmica da subjetividade, uma resposta acerca do modo como conhecemos a subjetividade, e John Searle pretende uma construção ontológica da subjetividade; ao que ela corresponde na realidade.

Conhecimento e realidade correspondem a dois âmbitos distintos. É importante tomarmos ciência das distinções apresentadas por Searle. No primeiro capítulo da obra *A Redescoberta da Mente*, Searle (1997) esclarece o modo com o qual esses conceitos se distinguem: as respostas para questões ontológicas, epistemológicas e causais são distintas, visto que questionam âmbitos distintos: “o que é isto?” — ontologia —, “como adquirimos conhecimento disto?” — epistemologia — e “o que isto causa?” — causação. Searle (1997) nos oferece a seguinte analogia para pensarmos tais distinções: a ontologia do coração, por exemplo, se refere a uma grande peça de tecido muscular localizado na cavidade torácica; a epistemologia se refere ao fato de que descobrimos isto por meio do uso de estetoscópios, eletrocardiogramas ou, em última instância, ao abrir o peito de alguém e fazer uma observação; e a causação refere-se ao fato do coração bombear sangue através do corpo.

Ou seja, as questões de ordem epistêmica questionam por um conhecimento acerca do objeto analisado. Já as questões ontológicas, questionam pela existência do objeto em si. Porém Churchland está ciente das pretensões de John Searle e de seu conhecimento para com a falácia presente nesse argumento:

De fato, como ilustram os dois paralelos claramente falaciosos, a verdade das premissas do argumento precisa refletir nada mais do que a esmagadora ignorância de John sobre o que ocorre de ser idêntico com o que. E, tal qual ocorre nos paralelos, ocorre no original também. Apesar de seu apelo inicial, o argumento é *non sequitur*. Embora ele não tente proteger o leitor disso, o texto de Searle indica que ele está ciente desta falácia familiar, pois ele insiste brevemente (p. 117) que ele não pretende fazer uma construção "epistêmica" da subjetividade, que é precisamente o que a reconstrução acima do argumento da subjetividade envolve. Mas além dessa construção mais natural e familiar, que outra construção existe? Searle pretende uma construção ontológica. O Argumento da Subjetividade, ele explica, destina-se a fazer “um ponto sobre quais características reais existem no mundo e quais não, exceto de forma derivada, sobre como sabemos sobre essas características”. Bem, agora nós precisamos saber quais características - além das ilícitas “características epistêmicas” que acabamos de discutir - deveriam discriminar os estados mentais como sendo para sempre distintos dos estados físicos do cérebro (CHURCHLAND, 1998, p.117-118 — Tradução nossa).

Ou seja, Churchland compreende que Searle não está buscando por uma construção epistêmica da subjetividade, mas sim uma construção ontológica. O argumento falacioso ao qual Churchland apresenta a refutação e que, segundo ele, motiva Searle a assumir tal posição, pretende fazer, meramente, uma construção epistêmica da subjetividade. Logo, a refutação não

se estende a Searle. Além disso, o argumento ao qual Churchland apresenta à refutação não é defendido pelo naturalismo biológico. Como observamos, o argumento é concluído com a seguinte questão: “[...] como os fenômenos mentais poderiam ser idênticos ou, de alguma forma, constituídos a partir de fenômenos puramente físicos?” (CHURCHLAND, 1998, p. 116 — Tradução nossa). O argumento visa demonstrar o caráter de irreducibilidade dos fenômenos mentais estabelecendo uma distinção entre propriedades físicas e mentais, algo claramente negado por Searle, dado que sua teoria defende os fenômenos conscientes enquanto propriedade emergente, e portanto física, do cérebro (tese I).

John Searle, em *A Redescoberta da Mente*, busca dar uma ressignificação para os termos *mental* e *físico*, desfazendo o sentido de oposição tradicionalmente aceito para os mesmos. Para tanto, Searle propõe uma analogia entre a consciência e a liquidez da água, pela qual visa sustentar que a consciência é uma propriedade mental, física e sistêmica, do cérebro, do mesmo modo que a liquidez é uma propriedade física e sistêmica, emergente das moléculas de H₂O (tese I):

A consciência é uma propriedade emergente, ou de nível superior, do cérebro, no sentido absolutamente inócuo de “de nível superior” ou “emergente”, no qual a solidez é uma propriedade emergente de nível superior de moléculas de H₂O quando estas estão em uma estrutura cristalina (gelo), e a liquidez é, de forma semelhante, uma propriedade emergente de nível superior de moléculas de H₂O quando estas estão, falando *grosso modo*, girando em torno uma das outras (água). A consciência é uma propriedade mental, e portanto física, do cérebro, no sentido em que a liquidez é uma propriedade de sistemas de moléculas (SEARLE, 1997, p.25-26 grifo do autor).

Isto é, tanto a liquidez quanto a mente são uma propriedade emergente de determinado sistema; uma propriedade inteiramente física que emerge do comportamento dos elementos que compõem determinado sistema. Desse modo, a afirmação de Churchland, no sentido de que tal argumento motiva a posição não reducionista de Searle, é completamente equivocada, visto que Searle se esforça para demonstrar exatamente o contrário; se esforça para demonstrar que os estados mentais consistem inteiramente de estados físicos do cérebro.

É possível percebermos que Churchland interpreta a teoria de Searle sem considerar a ressignificação dada por Searle aos termos *físico* e *mental*. Isso pode ser observado no final da passagem do texto de Churchland, acima citada, na qual aparece: “agora nós precisamos saber quais características - além das ilícitas “características epistêmicas” que acabamos de discutir - deveriam discriminar os estados mentais como sendo para sempre distintos dos estados físicos do cérebro.” (CHURCHLAND, 1998, p.117-118 — Tradução nossa). Ou seja, parece que

Churchland não concebe a ideia de que a mente, tal qual afirma a teoria do naturalismo biológico, é uma propriedade inteiramente física, do cérebro.

Seguindo com sua crítica ao naturalismo biológico, Churchland analisa o seguinte argumento de Searle:

[...] se tentássemos uma tal redução ontológica, as características essenciais da dor seriam *deixadas de lado*. Nenhuma descrição dos fatos de terceira pessoa, objetivos, fisiológicos comunicariam o caráter subjetivo, de primeira pessoa, da dor, simplesmente porque as características de primeira pessoa são diferentes das características de terceira pessoa (SEARLE, 1997, p. 169-170 grifo nosso).

A crítica de Churchland se prende ao fato de Searle afirmar que as características subjetivas *seriam deixadas de lado*. Para Churchland, o fato de tais características *serem deixadas de lado* não é algo que demonstra uma distinção ontológica entre as características subjetivas e as objetivas, mas sim nossa ignorância científica, advinda da ausência de teorias específicas:

Por que a Mecânica Estatística (a teoria do século XIX que reduziu com sucesso o calor e a temperatura) também não explica os efeitos subjetivos da temperatura na consciência humana? Claramente porque tal explicação exigiria, em adição à Mecânica Estatística, uma teoria adequada do cérebro humano e de suas atividades cognitivas, algo que apenas recentemente começamos a construir. Da mesma forma, por que a Mecânica das Ondas (a teoria do século XVIII que reduziu com êxito os fenômenos acústicos) também não explica os efeitos subjetivos do som na consciência humana? Claramente, porque tal explicação exigiria, em adição à Mecânica das Ondas, uma teoria adequada do cérebro humano e de suas atividades cognitivas, algo que apenas recentemente começamos a construir. E assim por diante. Note bem que todas essas teorias "deixam de lado", como inexplicáveis e não reduzidas, uma vasta variedade de outras propriedades esotéricas além daquelas encontradas na consciência humana. A Mecânica Estatística (SM), por exemplo, também deixa de lado os efeitos do calor e da temperatura no PNB do Peru, [...] nas infecções pneumônicas em bebês, na produção de anchova na Antártica, na podridão de matéria vegetal no solo da floresta, e assim por diante. Cada um desses fenômenos requer alguma teoria adicional além da SM para que seja abordada com sucesso. Portanto, não é surpresa que cada um seja "deixado de lado" pela própria SM. E ninguém é tentado a insistir, com base nesses argumentos, que tais fenômenos devam ser considerados como características ontologicamente distintas, irredutíveis, *não físicas da realidade*. Os efeitos do calor e da temperatura na percepção consciente humana estão exatamente na mesma posição (CHURCHLAND, 1998, p.119-120 grifo nosso — Tradução nossa).

Percebemos, a partir dessa passagem, que os fenômenos entendidos por Searle como irredutivelmente subjetivos (tese II) são vistos por Churchland como fenômenos que simplesmente não possuem, até então, uma teoria científica específica que os explique adequadamente. De modo sarcástico, Churchland argumenta que da mesma forma que a Mecânica Estatística *deixa de lado* os efeitos da temperatura na consciência humana, ela

também *deixa de lado* os efeitos do calor e da temperatura no PNB do Peru. Ou seja, Churchland quer demonstrar que a Mecânica Estatística não tem como objetivo explicar questões sobre a consciência ou sobre o PNB do Peru, por exemplo, e que tais questões demandam teorias específicas que visem explicar fenômenos específicos. Em resumo, Churchland nega que os fenômenos mentais sejam *deixados de lado* quando expostos às reduções, e defende que a ciência está caminhando no sentido de construir teorias que possam eliminar os fenômenos que hoje entendemos como puramente mentais.

Em dado momento da obra *A Redescoberta da Mente*, Searle afirma que o que encontramos na história do materialismo é a tensão recorrente entre a “[...] ânsia de apresentar uma explicação da realidade que deixe de lado qualquer referência às características especiais do mental, como consciência e subjetividade, e, ao mesmo tempo, explicar nossas “intuições” sobre a mente” (SEARLE, 1997, p.79-80). A posição materialista assumida por Churchland é razoavelmente semelhante ao que Searle expõe. Churchland ancora seus argumentos na esperança de que um dia a ciência possa nos trazer teorias coerentes com o reducionismo e explicações incontestáveis para nossas intuições sobre a mente, as quais Churchland descreve como mera *psicologia popular*.

A argumentação de Churchland não parece refutar o argumento de Searle referente ao *deixa de lado*, pelo contrário, apenas confirma que, até então, não há teorias científicas que consigam refutar tal argumento. Ainda no final de sua argumentação, é possível observarmos, novamente, a má compreensão, por parte de Churchland, para com a ressignificação operada por Searle aos conceitos de mental e físico, quando Churchland afirma que “ninguém é tentado a insistir, com base nesses argumentos, que tais fenômenos devam ser considerados como características ontologicamente distintas, irreduzíveis, *não físicas da realidade*” (CHURCHLAND, 1998, p.119-120 grifo nosso — Tradução nossa).

Por fim, Churchland conclui seu texto desenvolvendo uma última crítica, referente ao conceito de causalção que Searle concebe:

A dificuldade, para Searle, é que cada um dos muitos exemplos científicos reais disponíveis para o que ele chama de “formas de causalção micro para macro” também são casos em que a macropropriedade em questão é constituída por alguma característica da micro-realidade subjacente. Por exemplo, a rápida compressão das moléculas de um gás em um volume menor causará, de fato, o aumento da temperatura do gás, mas a temperatura é constituída pela energia cinética média dessas moléculas (CHURCHLAND, 1998, p.120 — Tradução nossa).

A crítica de Paul busca demonstrar incoerências na teoria de Searle acerca do conceito de causalção. Da aceitação de Searle acerca do conceito de irreduzibilidade, Paul acredita

decorrer a negação de que a macroestrutura contenha características da micro-realidade subjacente. Contudo, a teoria do naturalismo biológico não nega que a macroestrutura comungue das características de seus elementos subjacentes, pois ambas se *constituem enquanto características inteiramente físicas do sistema cerebral*. Ou seja, ambas as características comungam de um mesmo elemento: a fisicalidade. Porém, o que o naturalismo biológico discorda é que, no caso dos fenômenos mentais, as características subjetivas de nível macro possam ter sua realidade — *enquanto característica de um sistema* — reduzida ao nível micro (tese II). Nesse sentido, as características se constituiriam enquanto duas realidades inteiramente físicas, mas irreduzíveis: uma realidade em nível do sistema — os fenômenos mentais subjetivos em nível macro — e outra enquanto parte do sistema, mas em nível inferior — os fenômenos subjacentes objetivos em nível micro. Os fenômenos mentais seriam, assim, inteiramente constituídos pela física dos elementos subjacentes ao sistema, e possuiriam, em nível de sistema, uma característica que seus elementos constituintes, singularmente, não possuem, a saber, consciência.

A crítica de Churchland parece, assim, inválida. Isso se evidencia pela melhor articulação dos conceitos de causação e de identidade, desenvolvida por Searle em sua obra *Mind: A Brief Introduction*. Porém vale ressaltar que *Mind: A Brief Introduction* só foi escrita por Searle no ano de 2004, doze anos depois da obra *A Redescoberta da Mente* e dez anos após a crítica de Churchland.

Na obra *Mind: A Brief Introduction*, Searle defende a ideia de que os fenômenos mentais devem ser pensados a partir de um novo modelo de causação e de um novo modelo de identidade (teses IV e V). As características fenomenológicas, do cérebro — a consciência — seriam causadas por características neurobiológicas no cérebro, a partir do modelo de causação, pensado por Searle, no qual tanto causa quanto efeito ocorreriam simultaneamente (tese IV). E ambas as características passariam a ser consideradas idênticas, dentro do modelo de identidade de ocorrências, de tal modo que toda ocorrência de um evento fenomenológico seria idêntica à ocorrência de um evento neurobiológico (tese V).

Em resumo, as críticas de Churchland à obra *A Redescoberta da Mente* parecem não refutar a teoria do naturalismo biológico. As aparentes inconsistências encontradas por Churchland, após uma leitura atenta do conjunto de obras de Searle a tratar dessa temática, são dissipadas.

As críticas de Thomas Nagel

Contrariamente à posição defendida por Paul M. Churchland, Thomas Nagel afirma a existência de fenômenos conscientes subjetivos e defende que os mesmos não são passíveis de redução. Em seu artigo *What is it like to be a bat?* (1974), Nagel argumenta que os fenômenos conscientes são irreduzíveis pelo fato de ocorrerem em um âmbito subjetivo, o qual possibilita que determinado organismo tenha a experiência de *ser como* determinado organismo. O fenômeno subjetivo de *ser como* determinado organismo é, para Nagel, uma experiência privada e irreduzível. Argumentando em prol dessa tese, Nagel propõe o seguinte exemplo:

Afirmo que a essência da crença segundo a qual os morcegos têm experiência é pelo fato de haver algo que é ser como um morcego. Agora sabemos que na sua maioria, os morcegos (os *microchiroptera*, mais precisamente) percebem o mundo exterior fundamentalmente através de um sonar, ou eco localização, detectando a ressonância dos seus próprios trissos de alta frequência, rápida e subtilmente modulados, acerca dos objetos que estão dentro do seu alcance. Os seus cérebros foram feitos para desenvolver uma correlação entre os impulsos de saída e os ecos subsequentes, e a informação assim adquirida permite aos morcegos discriminar com precisão à distância, dimensões, forma, movimento, textura, tal qual nós fazemos com a visão. Contudo, o sonar dos morcegos, embora seja obviamente uma forma de percepção, não se assemelha em seu funcionamento a qualquer um de nossos sentidos, e não há razão para supor que é subjetivamente semelhante a qualquer coisa que possamos imaginar ou ter experiência (NAGEL, 1974, p.438).

Ou seja, Nagel busca demonstrar, através de seu argumento, que a experiência de ver o mundo tal qual “o morcego vê o mundo” é algo impossível para nós humanos. Poderíamos até especular modelos de como seria perceber o mundo de tal modo. Contudo, jamais teríamos acesso à mesma experiência consciente do morcego; o pleno fenômeno qualitativo de ser um morcego é inalcançável por nós humanos, pois é algo subjetivo e restrito à biologia do morcego. De acordo com o argumento, não há como reproduzirmos a experiência consciente de *ser como* um morcego, pois a experiência do morcego é subjetivamente irreduzível a fenômenos demonstráveis no âmbito de terceira pessoa. O único que pode saber *como é ser* um morcego é o morcego!

A partir desse argumento, Nagel estende o conceito de irreduzibilidade da experiência consciente, pensada no caso do morcego, para toda e qualquer experiência consciente. Ou seja, tanto o morcego quanto os seres humanos, possuem experiências conscientes que ocorrem em um âmbito completamente restrito, inobservável pelos demais. Todas as experiências conscientes são essencialmente subjetivas e inexpressáveis de outro modo que não seja a partir da própria experiência de *ser como* determinado organismo. Logo, a conclusão de Nagel é que, pelo fato de não ser possível sabermos *como é ser* determinado organismo, há um âmbito da

realidade que é irredutivelmente subjetivo e que, por consequência, está fora do alcance explicativo da física. Isto é, Nagel acredita que não é possível reduzirmos o aspecto *de ser como* determinado organismo aos eventos físicos subjacentes de tal organismo.

Esse escrito de Nagel é bastante influente no campo da Filosofia da Mente e representa um grande desafio às teorias que buscam reduzir a consciência aos processos cerebrais. Segundo Nagel, uma teoria reducionista deve explicar em termos físicos as próprias características fenomênicas da consciência. De acordo com Nagel (1974), tal explicação parece ser algo impossível quando considerado o caráter subjetivo da consciência; o fenômeno de *como é ser* determinado organismo.

A teoria defendida por Thomas Nagel é conhecida em Filosofia da Mente como a *teoria do aspecto dual*: “A concepção de que o cérebro é a sede da consciência, mas seus estados conscientes não são meros estados físicos, é chamada de teoria do aspecto dual” (NAGEL, 2004, p. 34). Essa tese é aprofundada por Nagel em sua obra *Visão a Partir de Lugar Nenhum* (2004). De modo resumido, a teoria do aspecto dual afirma que o cérebro é um *objeto* que possui *aspectos* físicos e *aspectos* mentais. Quando bebemos uma limonada, por exemplo, de acordo com a teoria do aspecto dual, é produzido em nosso cérebro um estado ou processo com dois aspectos: por um lado um aspecto físico, envolvendo um conjunto de alterações químicas e elétricas, e, por outro, um aspecto mental, o qual refere-se à experiência acerca do sabor da limonada.⁷

Percebemos, assim, que a posição defendida por Nagel concebe a existência e a irredutibilidade dos fenômenos conscientes. Nesse sentido, poderíamos afirmar que Thomas Nagel e John Searle estão de acordo. Porém disso não se segue que Thomas Nagel não seja um crítico do naturalismo biológico.⁸ Em sua resenha crítica, originalmente publicada no dia 04 de

⁷ Não acredito que a teoria do aspecto dual consiga evitar o dualismo; afirmar que o aspecto mental é algo não físico é assumir certo comprometimento com o dualismo de propriedades. Ou seja, uma única coisa, neste caso o cérebro, possuiria duas propriedades distintas: propriedade física — aspecto físico — e propriedade mental — aspecto mental. Desse modo, a teoria do aspecto dual e o dualismo de propriedades acabam por defender uma mesma posição: há no cérebro duas propriedades distintas — por um lado físicas, e, por outro, mentais.

⁸ A principal discrepância entre o naturalismo biológico, de John Searle, e a teoria do aspecto dual, de Thomas Nagel, parece decorrer do fato de Searle buscar defender uma identidade entre o mental e o físico e Thomas Nagel negar tal identidade. Em resumo, a teoria do naturalismo biológico afirma que a característica fenomenológica do cérebro — a consciência — é inteiramente física. Já a teoria do aspecto dual, como também já observamos, defende que o fenômeno da consciência não pode ser dito como inteiramente físico — “A concepção de que o cérebro é a sede da consciência, mas seus estados conscientes não são meros estados físicos, é chamada de teoria do aspecto dual.” (NAGEL, 2004, p. 34). Essa ideia é defendida por Nagel em diversas passagens de seus escritos: “Parece haver dois tipos muito distintos de coisas que acontecem no mundo: as coisas que pertencem à realidade da física, que muitas pessoas podem observar de fora, e as coisas que pertencem à realidade mental, que cada um de nós experimenta interna e individualmente.” (NAGEL, 2007, p. 36). Ou seja, o principal ponto de conflito entre as teorias do naturalismo biológico e do aspecto dual parece decorrer do modo como ambas concebem os conceitos acerca do físico e do mental.

março de 1993, pelo The New York Review of Books, intitulada “*The mind wins!*”, e republicada na obra *Other Minds* (1995), acerca da obra *A Redescoberta da Mente*, de John Searle, Nagel desenvolve algumas críticas à teoria do naturalismo biológico. A principal delas se dá quanto à afirmação de Searle de que o mental é físico. Vejamos a passagem na qual Nagel expõe essa crítica:

Suponhamos que garantíssemos que os estados de consciência são propriedades do cérebro causadas por, mas não redutíveis à sua atividade neuronal. Isso significa que seu cérebro, por exemplo, tem um ponto de vista no qual todas as suas experiências atuais são aspectos. *Mas qual é a justificação para chamar físicas a essas características do cérebro, as quais são irredutíveis e subjetivas? O que significa chamá-las de físicas?* Certamente elas são de “nível superior”, no sentido de que as mesmas só podem ser atribuídas ao sistema como um todo, e não as suas partes microscópicas; elas também são emergentes, no sentido de que se explicam somente pela interação causal daquelas partes. No entanto, por maior que seja a variedade de fenômenos físicos, a objetividade ontológica é uma de suas condições definidoras centrais. Mesmo assim, como já observamos, Searle insiste que a consciência é ontologicamente subjetiva (NAGEL, 1995, p.105 grifo nosso — Tradução nossa).

Percebemos, a partir da citação acima, que Nagel questiona Searle quanto à fisicalidade do mental, tendo em vista os conceitos de irredutibilidade e causação, defendidos por Searle. A partir do conceito de irredutibilidade de Searle, Nagel acredita decorrer a impossibilidade de afirmarmos que os estados conscientes são físicos. Como observamos, Nagel questiona quanto ao significado e a justificação de Searle, ao chamar a consciência de física — “[...] *qual é a justificação para chamar físicas a essas características do cérebro, as quais são irredutíveis e subjetivas? o que significa chamá-las de físicas?*” (NAGEL, 1995, p.105 grifo nosso — Tradução nossa). Quanto à justificação, é evidente que Nagel, tendo em vista sua teoria do aspecto dual, concordaria com a afirmação de que a consciência *resulta* dos processos químicos, elétricos e, como um todo, físicos do cérebro.⁹ Assim sendo, parece ser plenamente justificável que o resultado de determinado processo físico deva ser físico. Além disso, no que mais poderia

⁹ Mesmo acreditando que a consciência, em si mesma, não seja física, parece ser necessário que Nagel, a partir de sua teoria do aspecto dual, aceite que os fenômenos da consciência *resultam* do funcionamento cerebral objetivo. Como já observamos, a teoria do aspecto dual afirma que decorrem dos processos cerebrais, dois aspectos: aspecto físico e aspecto mental. Há uma passagem de Nagel na qual essa afirmação aparece de modo claro: “[...] quando você morde uma barra de chocolate, produz-se no seu cérebro um estado ou processo com dois aspectos: um aspecto físico, envolvendo várias alterações químicas e elétricas, e um aspecto mental — a experiência do sabor do chocolate.” (NAGEL, 2007, p. 34). Em outra passagem de seus escritos, já em crítica a Searle, na qual Nagel analisa a analogia entre a consciência e a liquidez da água, proposta por Searle, ele afirma: “Não se pode esperar nada comparável no caso dos neurônios, apesar de ser *empiricamente evidente que os estados de consciência são as consequências necessárias da atividade neuronal.*” (NAGEL, 1995, p.106 grifo nosso — Tradução nossa). Ou seja, Nagel afirma que ambos os aspectos — físicos e mentais — são resultados de um único processo, o qual é físico, objetivo e observável.

resultar? Daqui *germina* certa vontade de resposta em nós, a qual está *enraizada* em nossas noções de senso comum, que nos motiva a dizer: o mental, é claro!

Esse é um dos grandes empecilhos para o desenvolvimento de uma teoria que explique, adequadamente, a mente. No decorrer de seu conjunto de escritos, Searle adverte que o vocabulário tradicional é inadequado para os estudos em Filosofia da Mente. Isto é, as contraposições acerca dos termos *mental-físico* e *subjetivo-objetivo* geram equívocos nos estudos em Filosofia da Mente, os quais tornam o problema mente-corpo algo insolúvel.

A teoria do naturalismo biológico defende que a macroestrutura — os fenômenos da consciência — são inteiramente compostos de microestruturas subjacentes; isto é, a consciência é plenamente composta de elementos físicos. A consciência é um resultado físico, advindo de um sistema de causação plenamente físico (tese I). Desse modo, é possível afirmarmos que o conceito de causalidade, proposto por Searle (tese IV), é suficiente para justificar a fisicalidade da mente, a qual é questionada por Thomas Nagel.

Não vejo essa crítica de Nagel enquanto algo que cause dificuldades para o naturalismo biológico. Porém o mesmo raciocínio, apenas com modificações na base do argumento, parece causar sérias dificuldades à teoria do aspecto dual: como é possível resultar um aspecto não físico de um processo inteiramente físico? Percebemos, assim, que é mais razoável e menos enigmático pensarmos a consciência enquanto uma característica física, resultante de um processo físico. Logo, a crítica de Nagel parece não se sustentar.

Quanto à segunda parte da crítica — “*o que significa chamá-las de físicas?*” —, há uma passagem em Searle que responde de forma interessante:

‘Consciência’ não dá nome a um fenômeno distinto, separado, algo além [over and above] de sua base neurobiológica, mas sim dá nome a um estado no qual o sistema neurobiológico pode estar. Assim como a forma do pistão e a solidez do bloco de cilindros não são algo além [over and above] dos fenômenos moleculares, mas são, sim, estados do sistema de moléculas, também a consciência do cérebro não é algo além [over and above] dos fenômenos neuronais, mas sim algo no qual o sistema neuronal está (SEARLE, 2002, p. 109).

Ou seja, chamar a consciência de física significa dizer que há certo estado neurobiológico em um sistema; uma macroestrutura, composta de micro elementos, a qual faz parte da realidade física do universo e, em complemento a passagem acima, se constitui enquanto um campo unificado de fenômenos subjetivos e qualitativos, os quais são genuinamente biológicos.

Dando sequência à sua resenha crítica, Thomas Nagel segue analisando e lançando questionamentos à teoria do naturalismo biológico. Vejamos a passagem subsequente à passagem que acabamos de analisar:

Searle não fala suficientemente sobre essa questão. Supostamente ele acredita que se os cérebros são feitos de partículas físicas, automaticamente se segue que todas as suas propriedades são físicas. E ele cita uma observação de Noam Chomsky, o qual sustenta que assim que entendermos algo, nós o chamaremos de “físico”. Mas se “físico” for, nesse sentido, um termo meramente honorífico (outro modo o qual Chomsky coloca tal ponto), qual é o conteúdo metafísico da afirmação de Searle de que as propriedades mentais são físicas, e sua enfática rejeição ao dualismo de propriedades? Ele diz, depois de tudo, que a distinção ontológica entre subjetivo e objetivo marca “diferentes categorias de realidade empírica”. Para dizer, posteriormente, que nos resta um universo que contém um componente físico irredutivelmente subjetivo como um componente da realidade física, o qual apenas apoia uma afirmação essencialmente dualista na linguagem, que expressa uma forte aversão ao dualismo (NAGEL, 1995, p.105 grifo nosso — Tradução nossa).

Percebemos, a partir da passagem acima, que a crítica tecida por Nagel faz referência ao modo com o qual Searle concebe a realidade — a qual, de acordo com a teoria do naturalismo biológico, possui características físicas objetivas e características físicas subjetivas. Poderíamos responder a crítica de Nagel a partir de sua própria crítica: “a distinção ontológica entre subjetivo e objetivo marca diferentes categorias de realidade empírica” — posição contrária ao dualismo. Ou seja, tanto as características subjetivas quanto as objetivas pertencem a uma única e mesma coisa: a fisicalidade de nossa realidade; a realidade empírica.

Searle (2010) defende que a consciência é um fenômeno genuinamente biológico, físico e emergente dos processos cerebrais, e se distingue dos demais fenômenos naturais pelo fato de possuir uma característica que os demais fenômenos da natureza não possuem, sendo esta a combinação dos elementos qualidade, subjetividade e unidade. A presença dessa combinação faz com que a consciência exista de modo distinto dos demais fenômenos; faz com que a consciência exista enquanto uma realidade em primeira pessoa. Essa realidade em primeira pessoa corresponde a uma ontologia subjetiva, e é distinta dos demais fenômenos pelo fato dos mesmos pertencerem a uma ontologia objetiva; uma realidade em terceira pessoa. Porém, disso não se segue que temos uma realidade dualista, visto que ambas as características — subjetivas e objetivas — fazem parte do âmbito físico do universo (teses I, IV e V).

Para respondermos de melhor modo a essa crítica de Nagel, observemos outra passagem presente nos escritos de Searle:

Vivemos exatamente em um mundo e existem tantas maneiras diferentes de dividi-lo quantas você quiser. Além do eletromagnetismo, da consciência e da atração

gravitacional, há declínios em taxas de juros, pontos marcados em partidas de futebol americano, razões para suspeitar da lógica modal quantificada, e resultados eleitorais na Flórida. Agora, rápido, os resultados eleitorais foram mentais ou físicos? E quanto aos pontos marcados em uma partida de futebol americano? Eles existem apenas na mente do pontuador [scorekeeper] ou seriam melhor considerados, em última análise, fenômenos eletrônicos no placar? *Penso que essas não são questões interessantes, tampouco significantes.* Vivemos em um só mundo, e ele tem muitos tipos diferentes de características (SEARLE, 2002, p. 108 grifo nosso).

Ou seja, vivemos em um único mundo, o qual é composto por diversas características, tanto objetivas quanto subjetivas. Tanto o placar, que fica marcado no painel eletrônico, quanto à interpretação do placar, presente na consciência do pontuador, são fenômenos físicos presentes em um mesmo mundo: um mundo físico. São distintas características físicas presentes no mundo empírico: por um lado um conjunto de elementos eletroeletrônicos, que causam uma característica ontologicamente objetiva, sendo esta as imagens que aparecem no placar eletrônico; por outro lado um conjunto de neurônios e processos eletroquímicos ocorrendo no cérebro, os quais causam uma característica ontologicamente subjetiva, sendo esta a consciência, a qual possibilita que o pontuador interprete a imagem presente no placar e, ao interpretá-la enquanto números, compreenda se tais números são favoráveis ou desfavoráveis a sua equipe.

Poderíamos afirmar, em resumo, que as maiores críticas de Thomas Nagel à teoria do naturalismo biológico se encontram nas duas passagens por nós analisadas na presente seção. Acredito que os argumentos apresentados são suficientes para respondermos satisfatoriamente às suas críticas. Vale ressaltar que esse texto foi publicado por Nagel no ano de 1993. Há alguns elementos da teoria do naturalismo biológico que foram aprimorados por Searle em escritos posteriores.¹⁰ Dois elementos, em específico, que reforçam satisfatoriamente a teoria do naturalismo biológico, são os conceitos de identidade de ocorrências e de causa e efeito (teses IV e V), desenvolvidos por Searle em sua obra *Mind: A Brief Introduction* (2004), a qual foi publicada onze anos depois da publicação da resenha crítica de Nagel. É provável que esses novos argumentos que integram hoje o naturalismo biológico não sejam suficientes para fazer com que Nagel mude sua posição, mas talvez sejam suficientes para fazer com que Nagel repense os conceitos e afirmações de sua própria teoria.

¹⁰ *Mente Linguagem e Sociedade*, publicado originalmente em 1998, *Consciência e Linguagem*, publicado originalmente em 2002 e *Mind: A Brief Introduction*, publicado originalmente em 2004. Nesses textos, Searle introduz, altera e reforça alguns argumentos presentes em sua proposta original, a qual foi exposta na obra *A Redescoberta da Mente*, originalmente publicada em 1992, obra essa a qual Nagel baseia as críticas que acabamos de analisar, as quais estão presentes em seu texto “*The Minds Wins*”, publicado em 1993.

As críticas de Tárík Prata

Em parte de suas pesquisas, Tárík de Athayde Prata se deteve à análise da teoria do naturalismo biológico, a qual resultou na publicação de diversos artigos científicos relacionados à teoria searleana. Dentre esses artigos, encontram-se os artigos intitulados *É Incoerente a Concepção de Searle Sobre a Consciência?* (2011) e *O Caráter Dualista da Filosofia da Mente de John Searle* (2014). No primeiro artigo mencionado, Prata tece algumas críticas baseadas no que ele descreve como *o problema da causação mental* na teoria do naturalismo biológico. Já no segundo, Prata conclui que o naturalismo biológico pode ser lido como um dualismo de propriedades.

Poderíamos afirmar que, relacionado ao problema da causação/relação mente-cérebro na teoria do naturalismo biológico, esses são dois dos artigos mais *maduros* de Prata, visto que ele revisa e altera algumas de suas posições defendidas em escritos anteriores. Vejamos as críticas tecidas por Prata em cada um desses escritos.

***É Incoerente a Concepção de Searle Sobre a Consciência?*¹¹**

No decorrer desse escrito, Prata defende que, devido ao modo com o qual John Searle trabalha seu conceito de irreducibilidade dos fenômenos mentais, a teoria do naturalismo biológico fica em meio ao dilema epifenomenalismo ou sobredeterminação causal. De acordo com Prata, uma das partes desse dilema, a sobredeterminação causal,

[...] seria uma consequência das asserções de que a consciência é causalmente eficaz sobre o comportamento humano, de que os processos cerebrais são causalmente eficazes sobre o comportamento humano e, por fim, da asserção de que a consciência e os processos cerebrais não são idênticos (PRATA, 2011, p.570).

Não vejo que a teoria do naturalismo biológico possa ser enquadrada enquanto uma proposta que, indiretamente, conceba o conceito de sobredeterminação. Tanto o micro nível quanto o macro nível estão inteiramente conectados à consciência (teses I, IV e V). Ou seja, a consciência é uma característica subjetiva de nível macro — nível de sistema —, e é causada por processos objetivos de nível micro — elementos isolados. Os microelementos de sua constituição são, quando pensados separadamente, inteiramente objetivos, mas quando pensados enquanto partes de certa ordenação causal sistemática, possuem, enquanto coletivo, características subjetivas; o sistema possui características subjetivas.

¹¹ Artigo publicado por Prata no ano de 2011, pela revista *Manuscrito — Revista Internacional de Filosofia*.

Isto é, da ocorrência de um processo neurobiológico potencialmente consciente implica na ocorrência de um processo fenomenológico consciente. Tanto o processo neurobiológico quanto o fenomenológico são físicos, ocorrendo no cérebro. O processo fenomenológico subjetivo possui, em sua base subjacente, os elementos neurobiológicos objetivos responsáveis por causar sua realidade enquanto sistema. Ambos os processos — neurobiológicos e fenomenológicos — ocorrem simultaneamente, de tal modo que os elementos que fazem parte da causa são também parte do efeito, visto que não se encontram separados no tempo (tese IV). Em outras palavras, ambos os processos são compostos pela mesma fisicalidade.

Logo, é possível deduzirmos que ambos os processos possuem os mesmos poderes causais (teses IV e V). Por consequência, não se segue a crítica de Prata, decorrente da afirmação de que a teoria do naturalismo biológico *esbarra* no conceito de sobredeterminação; não se segue a afirmação de que o comportamento humano possui duas causas. Da asserção de que a consciência e os processos cerebrais não são ontologicamente idênticos não se segue que, na teoria de Searle, o comportamento humano seja sobredeterminado, tal qual conclui Prata. A não identidade ontológica decorre do fato de haver uma realidade em nível superior — nível de sistema — e outra em nível inferior — nível elementar. No entanto, o conceito de causalidade, de Searle, garante que o comportamento humano possui uma só causa, visto que os processos neurobiológicos estão na causa e, ao mesmo tempo, no efeito enquanto consciência. Processos neurobiológicos e processos fenomenológicos são, em suma, características de diferentes níveis de uma mesma coisa: do cérebro. O comportamento, desse modo, é causado por uma única coisa: o cérebro operando em dois níveis de descrição — micro nível e macro nível.

Ainda argumentando para o fato de que a o naturalismo biológico acabaria por defender, indiretamente, o conceito de sobredeterminação, Prata segue com sua crítica:

Em primeiro lugar, considerando sua adesão ao ponto de vista neurocientífico, Searle, ao considerar os processos cerebrais como causalmente eficazes sobre o comportamento humano, tem de estar comprometido com a ideia de que esses processos são causalmente eficazes em virtude de suas propriedades *objetivas* (tanto no nível micro quanto no nível macro), que são aquelas estudadas pelas neurociências, de modo que a afirmação da eficácia causal das propriedades subjetivas é um acréscimo às capacidades causais neurobiológicas, o que leva à sobredeterminação. Em segundo lugar, o modo como Searle argumenta para a irredutibilidade ontológica, fundamentando-a em um *modo de existência* subjetivo (Searle (1992, p. 117); (2004, p. 120-1)) e considerando as teorias fisicalistas essencialmente incapazes de dar conta dessa subjetividade no modo de existência (cf. Searle (1992, p. 30)), parece claramente comprometê-lo com um dualismo de propriedades, o qual, somado à recusa do epifenomenalismo, leva à sobredeterminação (PRATA, 2011, p.570 grifo do autor).

Creio que essa argumentação de Prata também não se sustenta. Pensemos: cada neurônio, por exemplo, tem sua parcela de causalidade dentro do sistema, e o sistema como um todo, causa o comportamento humano. Logo, poderíamos dizer que o sistema que causou o comportamento humano é causado por microelementos objetivos subjacentes. Levando em consideração a noção searleana de causa e efeito, poderíamos afirmar que os elementos subjacentes que causam o sistema estão tanto na causa do sistema quanto no efeito do sistema. Isto é, participam tanto no micro nível quanto no macro nível. Desse modo, poderíamos dizer que o comportamento é causado por um sistema que possui características subjetivas resultantes de determinado ordenamento causal de elementos objetivos. Ou seja, novamente a crítica de Prata não se segue.

É possível deduzirmos, assim, que a eficácia causal é tanto objetiva quanto subjetiva, mas que disso não ocorre que há duas causas, visto que objetivo e subjetivo são tanto causa quanto efeito. Isto é, os mesmos elementos que se encontram na causa, se encontram no efeito, formando, assim, uma unidade física causalmente eficiente (tese VI e V). Daí também decorre que não se segue a afirmação de Prata de que o naturalismo biológico se enquadra enquanto um dualismo de propriedades, visto que ambas as propriedades — fenomenológicas e neurobiológicas — se *unificam* enquanto um único sistema, inteiramente físico.

Ainda na crítica presente na passagem acima, Prata afirma que a eficácia causal das propriedades subjetivas seria, na teoria do naturalismo biológico, um acréscimo às capacidades causais neurobiológicas. Mas como poderíamos pensar a consciência enquanto um acréscimo? Pensar a consciência desse modo parece ser um equívoco de raciocínio resultante de certas noções de senso comum, pelo qual imaginamos a consciência enquanto algo separado do cérebro. Searle adverte que a consciência não pode ser pensada como uma coisa, mas sim enquanto uma característica do sistema cerebral:

A consciência não é uma “coisa”, é uma *característica ou propriedade do cérebro* no sentido em que, por exemplo, a liquidez é uma característica da água. [...] Não há nenhum “elo” entre a consciência e o cérebro, assim como não há nenhum elo entre a liquidez da água e as moléculas de H₂O. Se a consciência é uma característica de alto nível do cérebro, então não pode haver nenhuma dúvida sobre a existência de um elo entre a característica e o sistema do qual esta é uma característica (SEARLE, 1997, p. 155 grifo do autor).

Vimos, assim, que a teoria do naturalismo biológico parece não aceitar o conceito de sobredeterminação causal, o qual compõe uma das partes do dilema indicado por Prata — sobredeterminação causal-epifenomenalismo. Veremos agora a outra parte do dilema, a qual, de acordo com Prata, também nos é possível enquadrarmos o naturalismo biológico:

Além disso, o epifenomenalismo está estreitamente vinculado a outras teses defendidas por Searle. Em uma passagem onde ele formula a noção de redução causal em termos gerais ele afirma que um fenômeno é causalmente redutível a outro quando “não tem poderes causais em adição aos poderes causais” (Searle (2004, p. 119)) desse outro fenômeno. E, naturalmente, o mesmo valeria para o caso da redução causal da consciência. Searle afirma que: “a consciência é causalmente redutível a processos cerebrais, porque (...) a consciência *não tem capacidades causais por si mesma* em adição às capacidades causais da neurobiologia subjacente” (Searle (2002b, p. 60), grifo meu), o que parece claramente uma formulação do epifenomenalismo (PRATA, 2011, p.571).

Nessa passagem, Prata faz uso de um dos argumentos de Searle para elaborar sua crítica. Prata acredita que da afirmação de Searle de que “[...] a consciência é causalmente redutível a processos cerebrais, porque (...) a consciência não tem capacidades causais por si mesma em adição às capacidades causais da neurobiologia subjacente” (PRATA, 2011, p.571), decorre que a consciência seja causalmente inerte ao comportamento humano, isto é, um epifenômeno. Porém, o argumento searleano caminha em sentido completamente oposto. Para Searle, a consciência não possui poderes causais em adição às capacidades causais da neurobiologia subjacente pelo fato de a consciência e a neurobiologia subjacente possuírem exatamente os mesmos poderes causais (teses IV, V e VI). Como já afirmamos ao discutirmos acerca do conceito de sobre-determinação, o conceito de causa e efeito searleano visa garantir que tanto o micro nível quanto o macro nível são causalmente eficientes, pelo fato do micro nível causar e, ao mesmo tempo, ser parte do macro nível — causa e efeito simultaneamente.

Observadas as críticas de Prata relacionadas ao problema da causação na teoria do naturalismo biológico, vejamos agora os argumentos de Prata no sentido de concluir que o naturalismo biológico deve ser lido enquanto um dualismo de propriedades.

O Caráter Dualista da Filosofia da mente de John Searle¹²

O motivo geral pelo qual Tárík Prata defende que a teoria do naturalismo biológico deve ser considerada enquanto uma forma de dualismo de propriedades é que, segundo ele,

[...] Searle se afasta veementemente do reducionismo, em virtude dos argumentos anti-reducionistas apresentados por alguns dos maiores filósofos da mente na atualidade, Saul Kripke (1972), Thomas Nagel (1974) e Frank Jackson (1982), argumentos que, diga-se de passagem, são amplamente considerados como responsáveis pela ascensão do dualismo de propriedades na atual filosofia analítica. Searle aceita as conclusões desses argumentos, e considera que a diferença essencial entre propriedades subjetivas e objetivas (Cf. Searle, *The Rediscovery* 117 [170]) inviabiliza qualquer *descrição* de fenômenos mentais conscientes em termos que se

¹² Artigo publicado por Prata no ano de 2014, pela revista *Discusiones Filosóficas*.

referem a fenômenos objetivos, circunstância que inviabiliza uma redução (PRATA, 2014, p.57 grifo do autor).

A partir das discussões desenvolvidas até aqui, acredito que tenha ficado bastante claro que a teoria do naturalismo biológico é, em termos ontológicos, uma proposta anti-reducionista. Os argumentos defendidos pelos filósofos destacados por Prata, os quais, segundo ele, são aceitos por Searle, são argumentos que sustentam como conclusão a ideia de que os fenômenos de primeira pessoa são irreduzíveis pelo fato de possuírem características irreduzivelmente subjetivas. Em resumo, a irreduzibilidade defendida por tais autores é ontológica. Nesse ponto, Searle realmente aceita tais argumentos. Contudo, há algo importante para salientarmos aqui: Searle concebe tal conclusão apenas dentro do âmbito ontológico, e não epistêmico. Ao expor as conclusões de tais filósofos, Searle conclui:

Esse fato tem consequências óbvias: meu conhecimento de que estou com dor tem uma espécie de fundamento diferente daquele do meu conhecimento de que você está com dor. Contudo, o detalhe anti-reducionista do argumento é ontológico, e não epistêmico (SEARLE, 1997, p.170-171).

A partir de então, Searle passa a argumentar em prol da redução causal, no sentido de mostrar que o fato de aceitarmos a irreduzibilidade ontológica não implica na impossibilidade de *conhecermos* a consciência, a qual pode, a partir de tal redução, ser investigada de modo científico e objetivo. Desse modo, percebemos que Searle refina as conclusões de tais autores, mostrando que a irreduzibilidade não se dá em todos os âmbitos, mas apenas no ontológico, algo que não traz consequências para a redução causal (tese III).

Porém, pelo fato de Searle aceitar a irreduzibilidade dentro do âmbito ontológico, Prata acredita que o naturalismo biológico esbarra no problema de que:

[...] se o universo físico pode ser completamente descrito em termos referentes a fenômenos objetivos, mas tais termos são incapazes de expressar o modo como fenômenos subjetivos são vivenciados, então uma descrição completa do universo em termos objetivos é logicamente compatível com a total ausência de subjetividade, o que equivale a dizer que um universo fisicamente idêntico ao nosso, mas sem consciência, é logicamente possível, o que, para os dualistas, fundamenta a tese que a consciência é algo “acima e além” (over and above) das propriedades físicas (PRATA, 2014, p.58).

De acordo com Prata, Searle, ao se posicionar de tal modo, não consegue evitar o argumento da *possibilidade lógica*, o qual aparece na obra *The Conscious Mind* (1996), de David Chalmers (1966). O argumento da possibilidade lógica, exposto por Chalmers através de um experimento de pensamento, refere-se ao seu principal e mais conhecido argumento em

oposição ao fisicalismo, “[...] o qual se embasa na possibilidade lógica-metafísica de existência de um mundo fisicamente idêntico ao nosso, porém desprovido de consciência; um mundo de zumbis” (NOARA, 2020, p.149-150). Tal mundo seria composto por uma estrutura física indiscernível da nossa; para cada planta, objeto, ser e demais elementos que fazem parte de nosso mundo, haveria uma cópia fisicamente idêntica no outro mundo. Haveria para cada humano uma cópia física perfeita lá, porém sem tipo algum de estado consciente.

Prata (2014) afirma que Searle não só esbarra no argumento da possibilidade lógica, mas, *evidentemente*, aceita tal argumento. Em uma passagem do artigo *Dualism Revisited* (2002), Searle afirma que ele mesmo já usou “[...] uma versão mais *fraca e cautelosa* desse argumento” (SEARLE, 2007, p.177 grifo nosso). É a partir dessa passagem — na qual Searle afirma ter feito uso de modo mais *fraco e cauteloso* do argumento — que Prata afirma que esse argumento é *evidentemente aceito* por Searle. Porém, essa afirmação de Searle se encontra em uma seção intitulada *Refutation of the argument for dualismo*. Isto é, Searle não aceita o argumento *tal qual* apresentado pelos dualistas, pelo contrário, visa refutá-lo. Tal tentativa de refutação pode ser observada em vários escritos de Searle, a exemplo da obra *Mind a Brief Introduction* (2004)¹³ e *O Mistério da Consciência* (1998)¹⁴, além do artigo acima citado. Desse modo, parece mais coerente dizer que Searle *evidentemente se contrapõe*, do que *evidentemente aceita* tal argumento.

Apesar de Prata afirmar que Searle, *evidentemente*, aceita o argumento da possibilidade lógica, Prata está ciente dos argumentos searleanos em prol da negação do argumento da possibilidade lógica. Prata (2014) expõe os argumentos de Searle e conclui que, ao se contrapor ao argumento da possibilidade lógica, Searle busca sustentar tal posição atribuindo às *leis da natureza uma necessidade lógica*, muito mais forte do que uma *necessidade nomológica*. De acordo com Prata, é incoerente a afirmação de que há uma necessidade lógica para as leis naturais, visto que nada nos impede de imaginarmos um mundo possível onde nossas leis teriam suas constantes com valores diferentes, tal

como no caso do exemplo levantado por Chalmers (*The Conscious Mind* 36), da lei natural de acordo com a qual a pressão exercida por um mol de gás depende sistematicamente de sua temperatura e volume. Trata-se da lei $pV = KT$, onde K é uma constante, e é evidentemente concebível para nós um mundo no qual o valor da constante K fosse maior ou menor (PRATA, 2014, p.59).

¹³ Nessa obra, é possível observarmos os argumentos de Searle nas seções IV e V, de *Consciousness Parte I*.

¹⁴ Nessa obra, parte do capítulo VI é dedicada a argumentar contra o argumento da possibilidade lógica.

Contudo, o argumento de Searle parece caminhar no sentido de afirmar que um mundo fisicamente idêntico ao nosso deveria salvaguardar, também, o mesmo conjunto de leis e constantes físicas que nosso mundo possui. Ou seja, parece não estar em jogo a possibilidade ou impossibilidade lógica de pensarmos as leis naturais sob diferentes constantes, mas sim o fato de que, ao imaginarmos um mundo fisicamente idêntico ao nosso, deveríamos imaginá-lo juntamente com o conjunto de leis que rege tudo aquilo que está presente em nosso mundo físico, algo que, ao que tudo indica, é desconsiderado pelo argumento dualista da possibilidade lógica e, inclusive, por Prata.

Há uma passagem em *Dualism Revisited* (2002) em que, argumentando contrariamente ao argumento da possibilidade lógica, Searle expõe claramente essa ideia:

No nível mais fundamental, acho que este argumento está equivocado. E a razão é, no mais fundamental nível, as leis não apenas descrevem o comportamento de partículas físicas existentes de forma independente, mais que isso, satisfazer as leis é parcialmente constitutivo das partículas. Então, por exemplo, Deus não cria primeiro elétrons e depois decide dar a eles uma carga negativa, ao invés, a carga negativa é parte da essência de ser um elétron. A imagem, em suma, que está por trás do extenso argumento do zumbi é esta: muitos filósofos gostam de pensar que o mundo é feito de partículas físicas, onde as partículas físicas são como pequenos grãos de areia, e então as leis da natureza determinam em que direção os grãos de areia são soprados. Nesta concepção, uma vez que você tem os grãos de areia e você tem as leis da natureza que determinam a direção que eles são soprados, você ainda tem que adicionar consciência aos grãos de areia. Acho que há algo estranho nessa imagem. Eu sei que muitos filósofos têm essa imagem e até mesmo alguns físicos falam desse modo, mas acho que é incorreto pensar que as partículas existem independentemente das leis que determinam seu comportamento. Em vez disso, as leis definem parcialmente as partículas: as leis são parcialmente constitutivas das partículas. Em minha opinião, dada à constituição da realidade, a consciência tem que seguir do mesmo modo que qualquer outra propriedade biológica, tal como a mitose, a meiose, a fotossíntese, a digestão, a lactação ou a secreção de bile, e assim se segue (SEARLE, 2007, p.177 grifo nosso — Tradução nossa).

Ou seja, Searle defende que o ato de imaginarmos um mundo fisicamente idêntico ao nosso pressupõe que imaginemos, também, o mesmo conjunto de leis físicas responsáveis por reger nossa realidade, visto que, na visão de Searle, tais leis constituem, parcialmente, as partículas presentes em nosso mundo físico. Nesse caso, a consciência surgiria enquanto um efeito necessário do agrupamento de elementos físicos que constituem o sistema cerebral, independentemente do mundo em que tal agrupamento de elementos se encontre. Isto é, um mundo fisicamente idêntico ao nosso é um mundo cujos elétrons possuem cargas negativas e seres humanos possuem cérebros conscientes. Se formos pensar um mundo idêntico ao nosso, não parece ser coerente negarmos as leis naturais e suas constantes físicas, as quais são responsáveis por constituírem o mundo do jeito que ele é, pois, caso o fizéssemos,

precisaríamos justificar quais critérios de identidade estariam sendo pressupostos entre os dois mundos, se é que haveria alguma identidade aí.

Em resumo, Prata conclui o artigo *O Caráter Dualista da Filosofia da mente de John Searle* afirmando que, por aceitar o conceito de irreducibilidade, Searle acaba por comprometer a teoria do naturalismo biológico com o argumento da possibilidade lógica e, por consequência, com o dualismo de propriedades. Não acredito que a teoria do naturalismo biológico se comprometa com o argumento da possibilidade lógica. Acredito ser um movimento forçado tentar enquadrar a teoria do naturalismo biológico enquanto uma teoria dualista tendo como base apenas a afirmação de que o naturalismo biológico é afetado pelo argumento da possibilidade lógica, argumento este, combatido por Searle em vários de seus escritos.

No geral, acredito que as críticas de Tárík Prata ao naturalismo biológico, presentes nos artigos analisados, não se seguem. Não vejo a teoria do naturalismo biológico enquanto uma teoria que fique em meio ao dilema sobredeterminação causal ou epifenomenalismo. Também não vejo que o naturalismo biológico possa ser “rotulado” enquanto um dualismo de propriedades. Creio que tais concepções advêm de uma equivocada interpretação de conceitos que se mostram centrais no naturalismo biológico, tal qual o conceito de causalidade e o conceito de identidade (teses IV e V). Compreender corretamente tais conceitos é fundamental para um bom entendimento do naturalismo biológico.

Considerações Finais

As críticas tecidas ao naturalismo biológico, que foram objeto de investigação do presente estudo, parecem entender que a consciência, em Searle, é pensada enquanto algo que está para além dos processos neurobiológicos. Mas isso não se segue. A consciência, de acordo com Searle, é causada por processos neurobiológicos no nível micro e realizada por esses mesmos processos neurobiológicos no nível macro. O conceito no qual causa e efeito são indistinguíveis no tempo é fundamental para compreendermos o que está sendo dito aqui. Isto é, dos processos neurobiológicos que ocorrem no micro nível resulta os processos fenomenológicos conscientes que ocorrem no macro nível. Em ambas as ocorrências se encontram os mesmos elementos: por um lado, enquanto processos objetivos no micro nível e, por outro, enquanto parte de processos subjetivos em nível de sistema; em nível macro. Ou seja, o micro nível é tanto causa quanto efeito, no macro nível.

Em resumo, não acredito que as críticas ao naturalismo biológico, apresentadas no presente estudo, se sustentem. Vejo bons argumentos nos escritos de Searle — tais quais as que

foram apresentadas — capazes de refutá-las. Percebo que tais críticas resultam, fundamentalmente, ou da ausência de conhecimento das teses IV e V, ou da equivocada interpretação de tais teses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHALMERS, D. *The Conscious Mind*. New York: Oxford University Press, 1996.
- CHURCHLAND, Paul; CHURCHLAND, Patricia. *On the Contrary: Critical Essays 1987-1997*. MIT Press, 1998, p. 113-122.
- CHURCHLAND, M. P. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. São Paulo, SP: UNESP, 2004.
- NAGEL, Thomas. "What Is It Like to Be a Bat?". *The Philosophical Review*, Vol. 83, No. 4, Oct., 1974, p. 435-450. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/cross_fac/iatl/activities/modules/ugmodules/humananimalstudies/lectures/32/nagel_bat.pdf>. Acesso em: 27/06/2018.
- _____. "The mind wins!" [Resenha sobre The rediscovery of the mind]. In: *New York Review of Books*, 4 de março, 1993.
- _____. *Other Minds*. New York: Oxford University Press, Inc, 1995, p.96-110.
- _____. *Visão a partir de lugar nenhum*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- NOARA, B. R. A. "Uma Possível Solução ao Problema Das Outras Mentes". *Revista Polymatheia*, Fortaleza – Volume 13 – Número 22, Jan./Jun. 2020 ISSN: 1984-9575. Disponível em: <<http://seer.uece.br/?journal=PRF&page=article&op=view&path%5B%5D=3915&path%5B%5D=2893>>. Acesso em: 01/12/2020.
- PRATA, Athayde. T. "É Incoerente a Concepção de Searle Sobre a Consciência?". Manuscrito – *Rev. Int. Fil., Campinas*, v. 34, n. 2, p. 557-578, jul.-dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/manuscrito/article/view/8642005>>. Acesso em: 09/01/2020.
- _____. "O Caráter Dualista da Filosofia da Mente de John Searle". *Discusiones Filosóficas*. Año 15, nº 25, julio – diciembre, p. 43 – 62, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/difil/v15n25/v15n25a04.pdf>>. Acesso em: 01/12/2020.
- SEARLE, R.J. *A Redescoberta da Mente*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.
- _____. *O Mistério da Consciência*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1998.
- _____. *Mind: a brief introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- _____. Dualism Revisited. *Journal of Physiology*. 2007: 169-178. Print. Stoecker, R. and J. Searle. "Interview with John Searle". G. Grewendorf and G. Meggle (orgs.). *Speech acts, mind and social reality: Discussions with John R. Searle*. Dordrecht, Boston, Londres: Kluwer Academic Publishers, 2002. Print.
- _____. *Consciência e Linguagem*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2010.
- STER, R. L. C. *O Materialismo Eliminacionista de Paul e Patricia Churchland*. – Porto Alegre, RS : Editora Fi, 2013.